

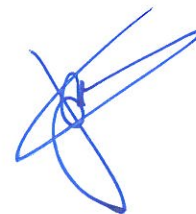


Reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal
21 de dezembro de 2020
Ata n.º 2

No Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu o CEDI - Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, presidido pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, José Agostinho Ribau Esteves.

Estiveram presentes:

- Universidade de Aveiro, representada por Filipe Teles;
- Diocese de Aveiro, representada por D. António Moiteiro;
- ADASMA - Associação de Dadores de Sangue da Mamarrosa, representada por Liliana Santos;
- Administração do Porto de Aveiro, representada por Fátima Alves;
- AdRA - Águas da Região de Aveiro, representada por Fernando Vasconcelos;
- AIDA - Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro, representada por Elizabete Rita;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albergaria-a-Velha, representada por Ângelo Soares;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, representada por Ana Martins;
- Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro, representado por Fernando Mendonça;
- Centro Hospitalar do Baixo Vouga, representado por Margarida França;
- Comando Distrital da PSP de Aveiro, representado por Virgínia Cruz;
- Comando Territorial da GNR de Aveiro, representado por Maximiano Alves;
- Conselho Empresarial da Região de Aveiro, representado por Fernando Castro;
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Delegação do Centro, representada por Cristina Oliveira;
- Teresa Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Anadia;
- Diamantino Sabina, Presidente da Câmara Municipal de Estarreja;
- António Leandro, em representação da Câmara Municipal de Ílhavo;



- Joaquim Baptista, Presidente da Câmara Municipal da Murtosa;
- Duarte Novo, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro;
- António Coutinho, Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga;
- Paulo Sousa, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vagos;
- José Eduardo de Matos, Secretário Executivo Intermunicipal.

Estiveram ausentes as seguintes entidades:

- Administração Regional de Saúde do Centro;
- Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Vouga;
- Agrupamento de Escuteiros de Anadia – 221;
- Águas do Centro Litoral;
- APA – ARH Centro;
- Associação Náutica da Torreira;
- APAR – Associação de Pais de Aradas;
- Associação Viking Kayak Clube;
- Capitania do Porto de Aveiro;
- Casa do Povo de Valongo do Vouga;
- Centro Comunitário de Esmoriz;
- Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro;
- Comunidade Portuária de Aveiro;
- Confraria Gastronómica do Bacalhau;
- Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro;
- Direção Regional de Cultura do Centro;
- Santa Casa da Misericórdia de Vagos;
- Sociedade Recreativa e Musical Bingre Canelense.

Passou-se de imediato à Ordem de Trabalhos constante da respetiva convocatória:

Ponto 1: Apreciação e Votação da ata nº 1 de 2020, de 22 de junho.

Ponto 2: Informação sobre a atividade da CI Região de Aveiro.

Ponto 3: Proposta de Grande Opções do Plano e Orçamento 2021 da CI Região de Aveiro.

Ponto 4: Outros assuntos.

Ponto 1: Apreciação e Votação da ata nº 1 de 2020, de 22 de junho

Aprovada por unanimidade.

Ponto 2. Informação sobre a atividade da CI Região de Aveiro.

O Presidente do Conselho Intermunicipal agradeceu a presença dos membros do CEDI e referiu que o ano de 2021 será marcado pela gestão de três frentes nos fundos comunitários: o período normal do Portugal 2020, com o aditamento habitual de 3 anos; pela ativação do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência; e pela ativação do quadro comunitário de 2021/2027. Já se tem vindo a trabalhar nestes aspetos na EIDT-RA - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro e também na estratégia da Região Centro.

Informou que se conseguiu concertar a elaboração de um documento, submetido ao Conselho Regional em novembro, com a identificação dos oito investimentos prioritários na Região Centro, revestido de enorme importância política. No caso da CIRA, o investimento identificado foi a Ampliação (*com integração de Centro Académico Clínico*) e Qualificação do Hospital de Aveiro no âmbito do CHBV – Centro Hospitalar do Baixo Vouga, incluindo os Hospitais de Águeda e Estarreja.

O Presidente do CI considerou fundamental aumentar as taxas de execução para as negociações em curso com a União Europeia. No caso da Região de Aveiro, o problema mais delicado são os dois maiores investimentos: a Ponte-açude do Rio Novo do Príncipe e o Sistema de Defesa Primário do Baixo Vouga Lagunar. A obra da ponte-açude foi contratada há 3 anos e falta a emissão do título de utilização de recursos hídricos para se poder assinar o auto de consignação. Reiterou a determinação da CIRA para a execução destas obras.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que já temos vários objetivos identificados no PRR e recordou que há investimentos na saúde que não são elegíveis, quando este instrumento financeiro surgiu com o problema do COVID-19.

O Presidente do CI informou que, no âmbito da ART – Autoridade Regional de Transportes, foi lançado o concurso para a concessão dos Serviços Públicos de Transportes de Passageiros, antes da pandemia, e que ficou deserto. O setor dos transportes foi um dos mais afetados com o COVID-19 e está-se a reavaliar. Temos apoiado com o PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos e o PROTransP - Programa de Apoio à

Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público, para verificar futuramente como o setor se vai reequilibrar.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que o GTFI – Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal está em perfeita ativação, com um novo técnico, com ligação à área da proteção civil. Aguarda, com expectativa, o que o Governo irá fazer à ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, que teve um redesenho de escala de comando e subcomandos, justapondo-se aos territórios das Comunidades Intermunicipais.

Informou que continuam as lutas reiteradas, designadamente a gestão da Ria, o Polis II e o lançamento do concurso para Central de Biomassa, aproveitando a nossa área florestal e baixando também o risco de incêndio, num múltiplo contributo para a pegada ecológica. Informou que realizaremos congresso em 2021, mais cedo que o normal, uma vez que é ano de eleições autárquicas.

Terminou informando que serão todos convidados para a ativação da GRRA – Grande Rota da Ria de Aveiro, no início da primavera, nos seus 3 troços, de 560 km.

Fernando Castro (CER Aveiro) considerou o documento bastante completo, apontando um lapso na referência às novas tecnologias, atendendo à importância para a competitividade e para o relançamento das empresas, e que merecia ser tratado com outro empolgação.

D. António Moiteiro (Diocese de Aveiro) solicitou informação sobre o dossiê do Hospital, questionando se com as novas instalações não será mais fácil conseguir aumentar as especialidades.

Margarida Franca (Centro Hospitalar do Baixo Vouga) referiu que o estudo funcional da nova unidade já teve uma primeira apreciação na ARS - Administração Regional de Saúde e está de novo para apreciação, para depois seguir para o Ministério da Saúde. Informou que está dependente de disponibilidade financeira para se avançar para o projeto, que orçará em cerca de 4 milhões de euros. Considerou que as necessidades são evidentes quer para Aveiro, que está a funcionar em contentores, quer para Estarreja e Águeda.

António Leandro (CM Ílhavo) considerou que a capacidade de realização dos grandes projetos é fundamental para as taxas de execução e sugeriu a negociação com o Fundo de Transição para permitir colocar o projeto do CHBV em cima da mesa.

O Presidente do Conselho Intermunicipal recordou que, em 2016, o CHBV, a Universidade de Aveiro, a Câmara Municipal de Aveiro e a CIRA assinaram um acordo com

os termos de referência do projeto de execução. Considerou que as forças de bloqueio existem mesmo e o COVID-19 veio evidenciar ainda mais as nossas fragilidades. Reiterou que é um dossiê de capital importância e há necessidade de intensificar a luta.

Sobre as novas tecnologias, informou que estão assumidas na EIDT-RA.

Cristina Oliveira (DGEstE) destacou o arranque do ano letivo, num quadro pandémico, numa excelente colaboração com os Municípios e autoridades de saúde, para que a escola continuasse a funcionar, destacando também o papel dos Delegados de Saúde na articulação com as escolas. Na questão dos transportes, considerando a reorganização fundamental para se ir ao encontro das escolas, com a possibilidade de flexibilizar os horários. Sobre as obras nas escolas julga que estão a ir ao encontro das expectativas dos Municípios e das respetivas necessidades, considerando importante que se avance com os projetos para se conseguir captar verbas ao próximo quadro comunitário de apoio.

Relativamente à descentralização, recordou que apenas dois municípios desta Comunidade Intermunicipal têm competências próprias, e que em 2022 todos terão de as ter, devendo a CIRA equacionar estratégias diferenciadas, para uma maior eficiência, sendo um desafio para o ano letivo de 2022/2023. Questionou o ponto de situação do projeto Educ@RA e a preparação da Rede de Ensino Profissional, com a respetiva identificação de necessidades.

O Presidente do CI informou que é difícil pedir ao setor dos transportes para se flexibilizar mais numa época destas e julga que se encontraram os equilíbrios necessários.

Sobre as obras nas escolas, considerou importante que o Ministério responda às nossas questões para os próximos 5 anos e que reúna com os Municípios para fechar o quadro de projetos. Em relação ao projeto Educ@RA, informou que está a funcionar bem, no terceiro ano de execução e que se procurou dar a volta à questão presencial com uma boa adesão à plataforma desenvolvida no projeto. Referiu que o Observatório já foi adjudicado e se está a trabalhar com grande intensidade e dedicação. Sobre a Rede de Ensino Profissional, considerou que há questões operacionais que têm de ser resolvidas para que a oferta formativa seja eficaz, pois as próprias escolas não têm capacidade de alterar a oferta de cursos, com novos professores e instalações adequadas.

Fátima Alves (Administração do Porto de Aveiro) destacou o papel do Porto de Aveiro como elemento de coesão para a Região e de apoio às empresas, designadamente nesta fase. Referiu que se perspetiva um crescimento para 2021, de retoma e de aposta em novas

áreas, como a digitalização dos portos, tendo aqui grande importância o papel da Universidade de Aveiro, na área da Investigação e Desenvolvimento. Informou o reativar do projeto da plataforma multimodal, que terá uma melhoria de acessos.

O Presidente do CI informou que se está a preparar a revisão do Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – UNIR@RIA, com o objetivo de elaborar um Programa Estratégico da Região de Aveiro para o Horizonte 2030, incluindo a componente de adaptação às alterações climáticas. Este documento terá uma ligação ao Plano de Gestão de Riscos da Região de Aveiro.

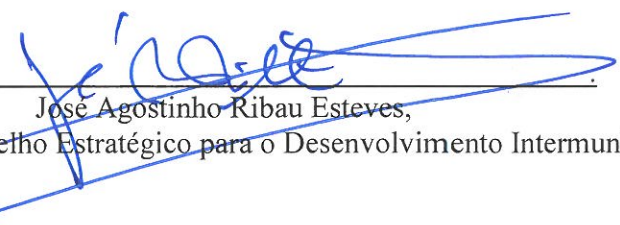
Ponto 3. Proposta de Grande Opções do Plano e Orçamento 2021 da CI Região de Aveiro.

Ponto apreciado conjuntamente com a Informação sobre a atividade da CI Região de Aveiro.

Ponto 4: Outros assuntos

Não houve pedidos para uso da palavra.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal deu por encerrada a reunião cerca das dezassete horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente do CEDI.



José Agostinho Ribau Esteves,
Presidente do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal